

<https://doi.org/10.26512/pl.v10i21.38693>

Artigo recebido em: 28/06/2021
Artigo aprovado em: 28/11/2021
Artigo publicado em: 12/01/2022

MULHERES FILÓSOFAS antes e depois¹

PHILOSOPHER WOMEN before and after

Aline Karen Cristina Canella²
(akccanella@ucs.br)

Resumo: Este artigo tem como proposta discutir sobre quatro filósofas que marcaram, ao longo do tempo, a história da filosofia. Com esse intuito foram selecionadas mulheres de dois períodos históricos distantes – mas que atuaram, diretamente através de seu trabalho ou indiretamente através de sua existência enquanto filósofas, contra estereótipos e discriminações de gênero. As duas primeiras filósofas selecionadas se referem ao período antigo da filosofia ocidental – e são Aspásia de Mileto e Hipátia de Alexandria. Já as outras duas filósofas contribuíram para o período contemporâneo da filosofia ocidental, e são Hannah Arendt e Simone de Beauvoir. O método de investigação será o de pesquisa analítica, fundamentalmente bibliográfica. É possível concluir que, na atualidade, em um contexto global, existem desafios que ainda precisam ser superados pela humanidade no tocante à luta por equidade de direitos entre gêneros.

Palavras-chave: Equidade. Filosofia. Gênero. Mulheres.

Abstract: This paper aims to discuss four female philosophers who have marked, over time, the history of philosophy. For this purpose, women from two distant historical periods were selected – who acted, directly through their work or indirectly through their existence as philosophers, against gender stereotypes and discrimination. The first two selected philosophers refer to the ancient period of western philosophy – and they are Aspasia of Miletus and Hypatia of Alexandria. The other two philosophers, on the other hand, contributed to the contemporary period of western philosophy, and they are Hannah Arendt and Simone de Beauvoir. The research method will be analytical research, fundamentally bibliographical. It is possible to conclude that, nowadays, in a global context, there are challenges that still need to be overcome by humanity regarding the struggle for equality of rights between genders.

Keywords: Equity. Gender. Philosophy. Women.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia pela Universidade Caxias do Sul (UCS).

CV Lattes: [ht http://lattes.cnpq.br/7383869407037595](http://lattes.cnpq.br/7383869407037595).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5481-2843>.



INTRODUÇÃO

A segregação patriarcal às tarefas relacionadas a reprodução e ao lar é uma herança que marca a vida de muitas mulheres. Ao longo da história este formato de sociedade deixou marcas sociais em diversas localidades. No entanto, este formato, que foi legitimado pela cultura e religião de diversas localidades, não é universal – tampouco um dispositivo de dominação que deva ser considerado atemporal, e, muito menos, inevitável.

Oyèwumí, Oyèrónké, pesquisadora oxunista nigeriana e professora na Universidade Stony Brook, no livro “A invenção das Mulheres”, exemplifica muito bem tal questão ao estudar questões de gênero dentro da comunidade iorubá, proveniente do sudoeste da Nigéria. Segundo a autora, a questão da mulher é foi herdada do pensamento ocidental. Ou seja, tal problema, antes não contido na sociedade iorubá, foi especialmente importado da Europa. Para os Iorubás, em uma explicação simplificada, não se divide por gênero os seres humanos. As categorias “mulher” e “homem”, somente foram introduzidas a este povo posteriormente, através do contato com povos ocidentais. Tal contraste fica ainda mais evidente nas palavras da autora:

265

Na medida em que meu trabalho e meu pensamento progrediam, percebi que a categoria “mulher” - que é fundacional nos discursos de gênero ocidentais - simplesmente não existia na Iorubaiândia antes do contato mantido com o Ocidente. Não havia um tal grupo caracterizado por interesses partilhados, desejos ou posição social. A lógica cultural das categorias sociais ocidentais é baseada em uma ideologia do determinismo biológico: a concepção de que a biologia fornece a base lógica para a organização do mundo social. Assim, essa lógica cultural é, na realidade, uma “bio-lógica”. Categorias sociais como “mulher” são baseadas em um tipo de corpo e são elaboradas em relação, e em oposição, a outra categoria: homem. A presença ou ausência de alguns órgãos determina a posição social (OYÈRÓNKÉ, Oyèwumí, 2021, p. 18).

A divisão social na sociedade Iorubá era feita por critérios de idade e a sociedade organizada de forma hierarquizada – entre pessoas escravizadas e seus governantes. Ou seja, antes da interferência ocidental, a natureza dessa sociedade era situacional e as posições sociais das pessoas mudavam conforme com quem interagissem (OYÈRÓNKÉ, Oyèwumí, 2021, p. 23). De toda forma, a fonte dessa segmentação social não era o corpo, como aconteceu na história do ocidente, informação que ilustra o contexto social no qual a dicotomia por gênero está inserida.

Pretende-se ressaltar no presente artigo que, ainda que no contexto da história ocidental, que é o da separação em categorias sociais por gênero, é possível perceber movimentos contrários ao formato de sociedade repressora à mulher desde registros



filosóficos que remontam da Grécia Antiga. O presente estudo abordará a história e o papel desempenhado por quatro mulheres ocidentais que conquistaram grande influência histórica a partir de suas contribuições para a filosofia e na luta por equidade de gênero. Assim, o problema de pesquisa do presente estudo está contido no contexto da necessidade histórica da luta para superar os estereótipos e discriminações de gênero contra a mulher, ao que se pretende responder o questionamento: quais fatores configuraram, ao longo da história, a iniquidade de gênero no âmbito filosófico ocidental? Já a justificativa se dá por dois motivos: em primeiro lugar, o fato de que as mulheres são minoria, hoje, no estudo formal – entendido por aquele dentro da academia – da filosofia. Tal afirmativa se faz no contexto da atualidade. Em média, apenas 36,44% dos graduandos, 30,6% dos mestrandos, 26,98% dos doutorandos e 20,14% dos docentes de pós-graduação são do sexo feminino. Tais dados demonstram chances aproximadamente 2,3 vezes maiores para profissionais do sexo masculino (ARAÚJO, 2017, p. 13). Em segundo lugar, justifica-se o presente estudo a partir da percebida carência de materiais que elucidam o tema.

266 Para responder ao problema de pesquisa e melhor orientar tal reflexão, foi estabelecido como objetivo principal a análise do histórico de contribuições de quatro mulheres para a filosofia, duas pertencentes ao período da história correspondente à Filosofia Antiga e duas pertencentes ao período da Filosofia Contemporânea. O critério de escolha se deu de acordo com a relevância histórica, pluralidade de orientação filosófica e pela luta, direta ou indireta, por equidade de gênero da antiguidade até a contemporaneidade. A ambição assumida foi a de produzir uma amostra histórica enxuta, e que faz um salto considerável entre dois pontos da história, para destacar as diferenças entre a realidade feminina dos períodos assumidos e facilitar a absorção de informações aos leitores. Pretende-se analisar o contexto histórico no qual essas filósofas estavam inseridas, sua relação com a filosofia ocidental e eventual atuação no âmbito da luta por equidade entre gêneros.

A metodologia adotada para a realização deste estudo foi a analítica, fundamentalmente bibliográfica. A abordagem será feita analisando a vida e o trabalho das filósofas selecionadas e suas contribuições no contexto filosófico e de luta contra a discriminação de mulheres.

Na história da filosofia os relatos sobre pensadoras mulheres são consideravelmente escassos em relação à produção percebida por homens. Ainda, mesmo que existam, não chegam até o público com a mesma facilidade e popularidade – mesmo que tratem de teorias de igual importância quando comparadas a autores masculinos. É possível identificar que, na atualidade, em um contexto global, ainda existem desafios a serem superados no tocante à luta por equidade de direitos entre gêneros e representatividade dentro da



filosofia – e tais desafios devem ser encarados como uma responsabilidade da humanidade como um todo. Conclui-se que busca pela equidade de qualquer natureza não se pode fazer por via única: é necessário um movimento social amplo, para que se atinja a equanimidade, visto que o iníquo está contido intrinsecamente também nas ações de indivíduos que são afetados por ele.

1 MULHERES NA FILOSOFIA ANTIGA

Contar a história da filosofia a partir de um olhar que se volta para a atuação e papel exercido pelas mulheres possui grande relevância, principalmente tendo em vista que, muitas vezes, ao longo da história da filosofia, em especial a ocidental, a tradição filosófica ocultou a presença destas mulheres de modo a silenciar e minimizar a importância dos seus pensamentos. Sendo assim, se faz necessário compulsar a exposição do trabalho exercido por filósofas no decorrer do tempo, de modo a combater a misoginia ainda presente em diversas sociedades em diferentes proporções e com diferentes graus de periculosidade. Falar sobre filósofas é também a tarefa de estabelecer uma revisão histórica em justiça a vozes que há muito são silenciadas.

267

Porque não existiram grandes filósofas? Tal pergunta é falaciosa, visto que, em verdade, existiram grandes mulheres que exerceram papéis fundamentais para a filosofia. No entanto, o apagamento destas mulheres dos livros de história da filosofia, quando comparadas aos colegas homens, é perceptível – e as consequências do apagamento histórico são vividas até hoje. A princípio, antes de abarcamos neste desafiador estudo, é necessário fazer um convite ao leitor: o de absorver o texto tendo em vista que muitas das informações sobreviventes às quais temos acesso sobre as protagonistas que serão mencionadas se deram de forma incidental, de modo que muitas fontes históricas foram escritas em caráter eventual pelas mãos de homens e muitas outras simplesmente foram perdidas ao longo do tempo. Nosso ponto de partida será Aspásia de Mileto, na Grécia antiga.

1.1 Aspásia de Mileto, adjetivo pejorativo associado: prostituta

O pensamento ocidental é permeado por definições sociais pautadas na biologia. Mesmo na Grécia antiga, a questão de identidade na *polis* e hierarquia permeavam o âmbito do gênero biológico. Essa noção possui credibilidade mesmo entre cientistas sociais em tentativas de explicar a sociedade humana em termos não genéticos



(OYÈRÓNKÉ, Oyèwumí, 2021, p. 18). Separações identitárias feitas a partir de características biológicas – como o sexo ou o nível de melanina da pele – perpetuam o pensamento ocidental que opera dentro de dispositivos mentais que classificam seres humanos por características físicas e tomam tal diferenciação como natural (MBEMBE, Achille, 2014, p. 60). De toda forma, não se trata de excluir os termos “homem” e “mulher” do vocabulário – afinal, a sociedade ocidental se constrói e delimita através desses conceitos. Na verdade, trata-se de apropriar estes termos tendo em vista sua função social – e não os tomar como uma verdade biológica que necessariamente precisa ter efeitos sociais que geram dicotomia.

Feita tal introdução, faz-se necessário dissertar sobre Aspásia de Mileto – mulher que viveu na pólis de Atenas do século V a.C., em um período de vasto desenvolvimento intelectual, em especial, da filosofia e das artes. Na obra *Ética a Nicômaco*, do filósofo grego que também viveu na pólis Ateniense, Aristóteles apresenta sua perspectiva da divisão de funções na pólis em detrimento do gênero:

A associação entre marido e mulher parece ser aristocrática, já que o homem governa como convém ao seu valor, mas deixa a cargo da esposa os assuntos que pertencem a uma mulher. Se o homem governa em tudo, a relação degenera em oligarquia, pois ao proceder assim ele não age de acordo com o valor respectivo de cada sexo, nem governa em virtude da sua superioridade. Às vezes, no entanto, são as mulheres que governam, por serem herdeiras; e assim o seu governo não se baseia na excelência, mas na riqueza e no poder, como acontece nas oligarquias (EN, VIII, 10, 1161a, 35).

268

O papel feminino na *polis*, entretanto, tem sido objeto de discussões e revisões históricas. Elas encontravam-se na posição de indivíduos livres. No entanto, normalmente sua participação em assembleias é descrita como sendo exercida perante a figura representativa de um homem, o qual teria sua tutela: e este poderia ser um pai, marido, irmão, filho ou outro membro masculino da família. Ainda, sua participação estava limitada aos assuntos que lhes concernissem diretamente (CUCHET, p. 283, 2021). Por mais que nem todo cidadão livre participasse das assembleias, seja pelo seu nível de riqueza, educação ou pela falta de motivação, as atenienses formavam uma categoria a parte – já que sua participação era restrita em razão de seu sexo. No entanto, é necessário dizer que havia outras formas de práticas a vida cívica para além das assembleias políticas descritas por Aristóteles (CUCHET, p. 285, 2021). Por exemplo, possuíam direitos comunicáveis na *polis* equivalentes àqueles dos cidadãos homens. Podiam participar de festas religiosas, trocas econômicas e financeiras e possuíam proteção jurídica de seus corpos e à propriedade do solo. É claro: pontos de desigualdade em razão de gênero permeavam as relações sociais e jurídicas, tais



quais a exclusão do exército, assembleias e tribunais. Ainda, tais direitos citados como pertencentes às cidadãs da *polis* não devem ser considerados adquiridos de pleno direito – afinal, o mundo grego funcionava se maneira heterogênea, não unificada. Ou seja, direitos poderiam ser atribuídos a uma cidadã em determinada cidade e negados em outra (CUCHET, p. 156, 2021).

De toda forma, o ocidente, mesmo remetendo à Grécia antiga, já fazia uso de dicotomias em razão de sexo biológico. Não é por outra razão que para Platão, em *A República*, é refletido a possibilidade das diferenças estabelecidas entre homens e mulheres se darem em função do fato de a mulher dar à luz e estar encarregada ao cuidado dos filhos.

– Portanto – prossegui eu – se se evidenciar que, ou o sexo masculino, ou o feminino, é superior um ao outro no exercício de uma arte ou de qualquer outra ocupação, diremos que se deverá confiar essa função a um deles. Se, porém, se vir que a diferença consiste apenas no facto de a mulher dar à luz e o homem procriar, nem por isso diremos que está mais bem demonstrado que a mulher difere do homem em relação ao que dizemos, mas continuaremos a pensar que os nossos guardiões e as suas mulheres devem desempenhar as mesmas funções (A República (R), V. 454d-e).

269

Talvez seja por este contexto social que até hoje a história de Aspásia é objeto de discussão. Alguns relatos se referem a ela como somente uma prostituta, enquanto outros indicam que ela seria dotada na arte da retórica, uma professora, filósofa e pessoa envolvida no círculo intelectual ateniense de sua época (BERQUÓ, 2016, p. 28). Outro aspecto que deve ser mencionado é o fato de Aspásia ser estrangeira em Atenas – nascida em Mileto, mais uma razão que suprimia seus direitos políticos. Nos assuntos públicos, portanto, ela deveria obrigatoriamente ser representada por um cidadão legítimo. Eis que encontramos controvérsias: para discursar e ensinar, à Aspásia deveria ser permitido atuar publicamente, coisa que ia contra os valores da época. Em análise destes fatos históricos, existe a possibilidade de que os relatos ingratos sobre ela não sejam mera coincidência (BERQUÓ, 2016, p. 32). De toda forma, nenhuma obra feita por Aspásia sobreviveu ao tempo – todos os relatos sobre esta filósofa são de documentos redigidos por homens a partir de uma releitura do feminino pelas lentes destes.

Plutarco (46 d.C. – 120 d.C.) foi o responsável pelo registro de muitas das informações que possuímos hoje sobre a vida de Aspásia. A obra “Vidas Paralelas”, que narra a vida de Péricles, o general e político de Atenas, incidentalmente e de forma resumida apresenta informações sobre Aspásia. Por exemplo, é nesta obra que se descobre que a filósofa era natural de Mileto, portanto, uma milésia. Aspásia, no entanto, aparece nos escritos de Plutarco condicionada ao parceiro Péricles: que se divorciou de sua



esposa, arranjando o casamento dela com outro homem, para se relacionar com Aspásia, com quem teve um filho chamado Péricles o Jovem, considerado como bastardo pela jurisdição da época (BERQUÓ, 2016, p. 33). O reconhecimento da cidadania de Péricles, o Jovem, seria obtido depois – para que o filho de Aspásia e Péricles pudesse se tornar herdeiro legítimo do pai.

De acordo com a narrativa de Plutarco, Aspásia teria sido acusada e julgada por arrumar encontros de Péricles com mulheres livres e por impiedade³ – acusações das quais posteriormente foi absolvida, defendida pelo companheiro. É importante ressaltar que o acusador era Hermipo, um poeta cômico. Na época, esposas e companheiras de líderes eram vistas como objeto popular para a comicidade, motivo pelo qual eram constantemente difamadas.

As profissões para mulheres àquela época eram escassas. Normalmente poderiam ser artesãs, damas de leite, tecelãs ou *hetairai* (BERQUÓ, 2016, p. 32). A função das *hetairai* era entreter e fazer companhia para cidadãos nos simpósios, que eram banquetes, e não necessariamente envolvia relações sexuais. Às *hetairai* era permitido circular livremente pela *polis*, motivo pelo qual tinham maior contato com políticos, filósofos, comerciantes, artistas e intelectuais.

270

Dessa forma, teria sido Aspásia uma *hetairai*? Apesar de existirem afirmações do gênero, muito provavelmente foram mal entendidas por Aspásia frequentar espaços ditos masculinos e conviver com homens tidos como famosos, como Péricles e Sócrates. É interessante lembrar que a milésia não era cidadã da Pólis – sendo seu status de estrangeira um fato relevante ao considerar sua atuação na sociedade ateniense. Nos relatos de Plutarco, é dito que Sócrates visitava Aspásia com seus discípulos, e que amigos levavam as esposas para ouvir os discursos dela (BERQUÓ, 2016, p. 33). A associação de Aspásia com as cidadãs e esposas atenienses é outro fator que torna pouco provável as alegações de que esta viveria uma vida ligada a promiscuidade, ao contrário do que Hermipo tentou insinuar em sua poesia cômica.

É muito mais provável que Aspásia estivesse exercendo funções de professora (BERQUÓ, 2016, p. 34) – como outros fizeram, a exemplo dos filósofos jônios, no mesmo período: sendo ela responsável por lecionar tanto para homens quanto mulheres.

³ Impiedade nesse contexto se trata da falta de consideração apropriada a cultos, ou falha em obrigações devidas para com as condutas religiosas públicas.



[...] Eis para ti, Menêxeno, o discurso de Aspásia de Mileto. MENÊXENO – Por Zeus, pelo que dizes, Aspásia é bem-aventurada, se, embora mulher, é capaz de compor de discursos como esses. SÓCRATES – Mas se não crês, acompanha-me para escutares ela mesma discursar. MENÊXENO – Muitas vezes, Sócrates, eu me encontrei com Aspásia, e bem sei como ela é. SÓCRATES – E então? Não a admiras e agora não estás grato pelo discurso? (PLATÃO, 249d-249e2, p. 73, g)

No diálogo a cima, escrito por Platão, é possível destacar a relação de Aspásia com Sócrates. Este último ressalta a habilidade de Aspásia de discursar: ela é tida como pessoa perita em retórica. Acredita-se que Aspásia tenha sido professora e que tenha tido uma conexão com Sócrates e Péricles, que teriam sido seus alunos. Ainda, ela era ligada ao movimento sofista – e seu trabalho foi incrivelmente desafiador e inovador para os parâmetros de sociedade da época.

Depois da morte de Péricles Aspásia teria se casado com Lísicles, o vendedor de ovelhas – e com o falecimento deste, nada mais foi relatado sobre Aspásia.

1.2 Hipátia de Alexandria, adjetivo pejorativo associado: bruxa

271

Hipátia foi filha do renomado filósofo neoplatônico Teon. Seu pai foi um matemático, astrônomo e também o diretor do Museu de Alexandria, direção que posteriormente seria passada para Hipátia. Assim como Teon, Hipátia foi uma grande estudiosa. Nascida em Alexandria, em 370 d.C., no Egito, foi educada na Academia de Alexandria. Estudou arte, ciência, literatura, filosofia, retórica e oratória (COSTA, M. e COSTA, R., p. 217). Apesar de 270 d.C. ser a data mais aceita, existem historiadores que estabelecem seu nascimento em mais ou menos 355 d.C. (MARTINELLI, 2016, p. 80).

Dentro dessas disciplinas estava incluído o estudo da matemática. Dessa forma, Hipátia é a primeira mulher matemática do ocidente da qual se tem registros concretos. A educação de Hipátia foi muito eclética considerando o contexto da época. Na adolescência, teve a oportunidade de estudar na Academia Neoplatônica, em Atenas – época em que Plutarco era professor e lecionava sobre Platão e Aristóteles. Na Academia, Hipátia se destacou pelos esforços na unificação da matemática de Diofanto⁴, considerado o pai da álgebra, com o neoplatonismo de Amônio Sacas⁵ e Plotino⁶. O trabalho dela consistia na aplicação do

⁴ Diofanto de Alexandria foi um matemático grego, grande percussor da álgebra.

⁵ Filósofo neoplatônico nascido, mestre de Orígenes e Plotino.

⁶ Plotino foi um dos principais filósofos de língua grega do mundo antigo. Em sua filosofia, exposta nas *Enéadas*, existem três princípios: o *Uno*, o *Intelecto* e a *Alma do Mundo*.



raciocínio matemático ao conceito neoplatônico de Uno, que pode ser entendido, de maneira não aprofundada, como o “antes de tudo existente”. Posteriormente retornou a sua terra natal para ser professora na Academia de Alexandria e ocupar a cadeira de Plotino. Ainda na Academia, em meados dos seus 30 anos de idade, se tornou diretora: fato que a garantiu reconhecimento como filósofa (COSTA, M. e COSTA, R., pp. 216-218). Hipátia foi professora e filósofa, e se destacou por sua beleza e escolheu por uma vida ascética, adotando práticas de refreamento dos prazeres humanos – tanto materiais quanto sexuais.

As fontes históricas que relatam a vida de Hipátia são escassas e frequentemente fragmentos são encontrados em associação a outros filósofos, ou em poesias e em novelas. Esses relatos, por vezes, tomam a forma de lenda literária, o que exige uma leitura crítica e um olhar historiador sobre o conteúdo (MARTINELLI, 2016, p. 64). Muito da falta de fontes sobre Hipátia se deve pela destruição da Biblioteca de Alexandria, onde suas obras – como alguns de seus tratados – estavam contidas. A Biblioteca foi a mais famosa de seu gênero na antiguidade, e teria se iniciado quando Alejandro Magno fundou Alexandria por volta de 300 a.C. Posteriormente, os Ptolomeus, uma dinastia da macedônia que governou o Egito de 303 a.C. a 30 a.C., adquiriram o controle do território no qual se localizava a Biblioteca. Alexandria se tornou uma cidade que encorajava o exercício da intelectualidade, conhecida como um ponto de cultura e conhecimento.

A Biblioteca prosperou por um bom tempo, mas em 18 a.C., devido a um incêndio em Alexandria ocorrido durante a estada de Júlio César, líder militar e político romano, a biblioteca entrou em declínio. Esse incêndio tinha como objetivo queimar os navios do irmão de Cleópatra, filha de Ptolomeu XII e sucessor do trono, mas o fogo perdeu o controle e se espalhou para a famosa biblioteca, consumindo parte dela. Posteriormente o Egito foi conquistado por Roma, em 30 a.C., e os imperadores mantiveram o museu e a biblioteca em funcionamento, que, nesta época, foi dirigida exclusivamente por pessoas com cargos governamentais ou no campo militar romano. Por fim, em meados de 415 d.C., Hipátia, que foi a última diretora da biblioteca, foi morta – e a biblioteca destruída devido a grande intolerância religiosa que permeava o contexto da época (FERNANDEZ, 2004).

Sobre as contribuições de Hipátia para a academia e ciência, sabe-se pouco. Seus estudos se destacam na área da matemática, onde desenvolveu estudos sobre álgebra – em especial, produziu o *Comentário a Aritmética de Diofanato* e outros comentários sobre



matemáticos clássicos, dos quais incluíam-se Ptolomeu⁷. Ainda, em colaboração com Teon, escreveu um tratado sobre Euclides de Alexandria (COSTA, M. e COSTA, R. p.218) professor, matemático e escritor grego, referido como o “Pai da Geometria”. Alguns dos trabalhos de Hipátia ficaram conhecidos através dos relatos de seus alunos. Sinésio de Cirene (370 d.C. – 413 d.C.), que foi seu aluno, a escrevia constantemente. É por meio dessas cartas que se tem notícia de instrumentos astronômicos criados por Hipátia – como o astrolábio⁸ e o planisfério⁹. Também se atribuí a Hipátia os feitos da criação de aparelhos utilizados na física, como o hidrocópio¹⁰, o hidrômetro e o densímetro¹¹.

Justamente por sua genialidade em uma época em que o cristianismo se opunha ferrenhamente contra outras formas de crenças, Hipátia acabou se envolvendo em um conflito político-religioso que tomou dela a vida. A perseguição a crenças pagãs e de pessoas consideradas hereges por membros da igreja eram a realidade da época. O contexto em que se deu a morte de Hipátia tem início em 412 d.C., com a ascensão de Cirilo ao poder, um Patriarca de Alexandria e arcebispo (COSTA, M. e COSTA, R., p.218).

Algumas avaliações a respeito do período que precedeu a morte de Hipátia e sobre este fato em si se encontram na enciclopédia bizantina denominada *Suda*, datada do século X. Nessa obra está descrito o contexto que gerou o assassinato da filósofa. É dito que o arcebispo Cirilo, ao passar pela residência de Hipátia, teria a visto discursar para várias pessoas. De acordo com a *Suda*, Cirilo teria tomado a situação como um ultraje, planejando posteriormente a morte dela por um grupo de homens (MARTINELLI, p.65).

A *Suda*, no entanto, não é a única fonte que possui relatos sobre Hipátia. Sócrates Escolástico escreveu a primeira biografia da filósofa, material que deixa claro questões políticas da época. A conclusão que Sócrates Escolástico chega é a de que Hipátia teria sido vitimada por questões políticas por ter amizade com Orestes, prefeito de Alexandria. O contexto desta relação era o seguinte: por sua inteligência, Hipátia era solicitada para audiências com Orestes. Este, por sua vez, estava em conflito com Cirilo, arcebispo. Por conta disto, Hipátia foi caluniada pela população cristã e responsabilizada pelo conflito entre estes dois homens, que divergiam entre si (MORILLAS, 2014, p. 160). Estes boatos incitaram um cenário fértil para a

7 Cientista grego que estudou matemática, astronomia, geografia e cartografia. Realizou também trabalhos importantes em óptica e teoria musical.

8 Instrumento naval antigo usado para medir a altura dos astros acima do horizonte.

9 Representação cartográfica plana em escala reduzida da superfície terrena.

10 Instrumento formado por espelhos encerrados num tubo cujo destino é a observação por reflexão de objetos situados abaixo da superfície da água.

11 Objeto que usado para medir a massa de líquidos



violência popular. Sócrates Escolástico, nos capítulos XIII e XIV da obra *História Eclesiástica*, descreve a agressividade da população da Alexandria – fundamentada no pluralismo que se encontrava na cidade, também vista, conforme supracitado, como centro cultural e científico da época.

Um conflito em específico atuou como força motriz aos eventos que precederam o assassinato de Hipátia. Trata-se de um conflito entre judeus e cristãos no Teatro da cidade – que se espalhou de maneira violenta. O arcebispo Cirilo reagiu de forma agressiva, ordenando a expulsão dos judeus de Alexandria e a destituição de todas as suas posses. Orestes, que conforme já foi mencionado atuava como prefeito, indignou-se, o que acentuou o conflito, de forma que um grupo de monges de Nitria agrediram Orestes a pedradas. Sócrates Escolástico, em seus relatos, deixa implícito que tais monges questionariam a fé e o cristianismo de Orestes, que eventualmente foi atingido na cabeça por um monge chamado Ammonius. Em sequência, Orestes foi socorrido, e o monge torturado e morto. Diante disto, Cirilo expôs o corpo do monge para ser adorado como mártir, ação que acentuou o conflito político (WHITFIELD, 1995, pp. 17-19). É válido ressaltar que os conflitos da época englobavam a população judia, pessoas tidas como pagãs, e quaisquer um considerado antagonista do cristianismo, religião adotada pelo Império. Outras religiões, crenças e atos que não correspondiam com a doutrina cristã eram motivos de perseguição e intensa intolerância religiosa.

Neste contexto, o assassinado de Hipátia teria sido provocado, já que a estudiosa foi vista como um obstáculo entre a reconciliação do prefeito Orestes e o arcebispo Cirilo, além de *persona non grata*¹² por seus estudos serem vistos como paganismo e bruxaria. Pode ser, portanto, dada a análise do contexto social, que Cirilo não tenha incitado a morte da filósofa diretamente (MARTINELLI, 2016, p. 80). De toda forma, o arcebispo certamente é tido como responsável por instigar a fúria da população cristã, que culminou com a tortura, assassinato, esquartejamento e posterior vilipêndio do cadáver de Hipátia.

Conclui-se que, apesar do final trágico, Hipátia foi uma mulher que, remando contra as barreiras sociais da época, se destacou em diversas áreas: e não somente na matemática ou astronomia, mas também na filosofia, em seus esforços para entender aspectos superiores aos da natureza humana.

12 Pessoa não agradável, não querida, não bem-vinda.



2 MULHERES NA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

Desde a filosofia antiga até a contemporânea muitos filósofos proferiram falas e defenderam posições infelizes – mas de certa maneira compreensíveis pelo contexto histórico - que emitem preconceitos em relação à mulher. Seguem alguns exemplos. Pitágoras, matemático grego jônico (570 a.C. - 495 a.C.), dizia que a mulher era um princípio associado ao mau. Já Aristóteles (367 a.C. – 347 a.C.) afirmou que as mulheres sofriam de uma carência natural: um princípio mal teria criado o caos, as trevas e as mulheres, enquanto um bom criou a ordem, a luz e os homens. Mas tais pensamentos envoltos em sexismo não se restringem, de forma nenhuma, a filósofos de um passado distante. Para São Tomás de Aquino a mulher é um homem incompleto, pensamento que aponta a um falocentrismo¹³ escancarado. Kierkegaard, por sua vez, considerava uma infelicidade ser mulher, enquanto Hegel afirmava que as fêmeas não eram desenvolvidas, motivo pelo qual assumiriam uma posição passiva enquanto o macho seria detentor de um princípio ativo. Perante estas afirmações e em contraposição ao que era esperado socialmente surgiram filósofas - certamente desprovidas de falo e cujos pensamentos e teses reverberam até hoje (ROSA e MACHADO, 2016, p. 234). Neste segundo momento cabe a análise da história e contribuições filosóficas de Hannah Arendt e Simone de Beauvoir.

275

2.1 Hannah Arendt – não exatamente feminista¹⁴

Johanna Arendt (1906-1975), conhecida por Hannah Arendt, é considerada uma das principais pensadoras do século XX – e abordou assuntos competentes às ciências humanas, como a filosofia, política e sociologia. Nascida em Hannover, na Alemanha, Arendt foi a filha única de uma família judia de classe média. Seus pais eram Paul Arendt e Martha Cohen – e através deles ela teve acesso a uma educação laica que contou com influências artísticas diversas, principalmente no âmbito da poesia e literatura. Seus pais eram membros do partido socialista alemão, o que permitiu que Arendt crescesse em um ambiente rico no tocante às discussões políticas da época (CORTÉS, 2016, p. 197). Johanna Arendt concluiu o ensino médio em 1924, e, posteriormente, foi para a Universidade de Marburg, aos seus 17 anos, onde estudou por um ano. Nessa oportunidade conheceu e aprendeu com Martin Heidegger, à época,

13 Convicção, baseada na ideia de superioridade masculina, em que o falo possui um valor significativo fundamental.

14 Movimento que visa a igualdade de direitos das mulheres na sociedade.



com 35 anos de idade e casado – ainda assim, Arendt e Heidegger tiveram um breve relacionamento amoroso.

Posteriormente, não satisfeita com tal situação, Arendt se mudou para a Universidade de Freiburg. Lá passou um semestre assistindo às palestras de Edmund Husserl, sob orientação do mesmo. Em 1926 foi para a Universidade de Heidelberg, onde estabeleceu amizade pessoal e intelectual Karl Jaspers, com quem estudou (D'ENTEVEVES, 2019). Jaspers supervisionou a tese de doutorado de Arendt, intitulada *Der Liebesbegriff bei Augustin*, em tradução para o português, “Amor e santo agostinho”. Em 1929, Arendt se reencontra e posteriormente muda para viver com Günther Stern, que havia conhecido ainda em Marburg – situação que foi mal vista pela sociedade da época. Ainda em 1929 ambos se casaram.

Concomitantemente ao seu período de formação, o cenário global da época era de turbulências sociais, políticas, econômicas e filosóficas. Isso levou os filósofos da época, incluindo Arendt, a buscarem pensar o mundo além da tradição filosófica das obras já existentes – buscando confrontar as situações concretas e do cotidiano que permeavam o mundo, como a questão judaica (CORTÉS, 2016, p. 197). Em 1933, Arendt foi forçada a fugir da Alemanha, devido a ascensão de Hitler ao poder. Passou brevemente por Praga e Genebra, mas mudou-se em definitivo para Paris, onde trabalhou, de 1933 até 1939, para várias organizações que tinham como objetivo acolher refugiados judeus.

276

Em 1936, Arendt se separou de Günther Stern, e começou a viver com Heinrich Blücher, com quem se casou em 1940. No ano seguinte à união foi forçada a deixar a França – ocasião em que se mudou para Nova York, junto de seu marido e mãe. Na nova cidade Hannah se torna parte de um círculo de escritores intelectuais influentes, que escreviam para a revista *Partisan Review*. No pós-guerra Hannah lecionou em várias universidades dos Estados Unidos da América, como Princeton, Berkeley e Chicago. No entanto, a autora se destacou mais intimamente com a New School for Social Research, onde lecionou filosofia política até o ano de sua morte. Muitas obras de Hannah Arendt merecem destaque, no entanto, *The Origins of Totalitarianism* (1951), em tradução para o português “As Origens do Totalitarismo” e *The Human Condition* (1958) ou “A Condição Humana”, são trabalhos de suma importância para entender a filosofia de Arendt. Outro importante – e polêmico - trabalho foi *Eichmann em Jerusalém* – escrito dois anos após a autora ter comparecido ao julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém como repórter da revista *The New Yorker*. (D'ENTEVEVES, 2019)

Em seu trabalho *A condição Humana*, que pode ser entendido como o de maior importância na carreira de Arendt, a autora apresenta uma distinção entre a esfera pública e a esfera privada. Ela faz uma crítica comparando tais esferas ao



mundo moderno – identificando neste último o que ela denomina “ascensão social”. A análise que Arendt faz contempla a separação grega antiga entre o espaço privado e espaço público em uma projeção de realidade que pesquisadores da época da autora tinham sobre o mundo grego. Uma característica da época foi o estabelecimento de uma hegemonia cultural euro-americana que se espalhou em boa parte do globo – e que influenciou, principalmente, a produção de conhecimento sobre o comportamento humano, sobre a história, e sobre sociedades e suas culturas. Nesse sentido, é possível fazer a seguinte análise: o público e o privado de Arendt projeta valores modernos inspirados por uma leitura da Grécia antiga que, de certa forma, amplificam a ideia que justifica socialmente a separação de seres humanos por questões biológicas (OYÈRÓNKÉ, Oyèwumí, 2021, pp. 1-3).

Ainda a respeito das ideias de Hannah Arendt, o espaço privado era tido como o de satisfação das necessidades básicas e fisiológicas daquele que ocupava o espaço público. Em outras palavras, a esfera privada compreendia o ambiente para suprir necessidades da vida, e nela, o chefe de família poderia imperar. A problemática desse pensamento, que coloca o âmbito privado como pré-político, é que se abre margem para a violência e coerção, contexto que resta subjugado aqueles que não participam do espaço público. Pensando na Grécia antiga, a opressão se dava com mulheres, escravos e crianças (ASSIS, 2006, p. 3).

277

É nesse sentido que se contesta as contribuições de Arendt para os debates feministas – visto que a dicotomia apontada por ela pode ser entendida como possuindo um fundo perverso. Isso porque, para garantir o exercício de liberdade na esfera pública, que seria um espaço de liberdade entre iguais, é admitido relações de subordinação na esfera privada, lugar de satisfação das necessidades. Hannah Arendt critica severamente a tematização em públicos de questões que ela considera pertencentes à obscuridade do lar: como as atividades do trabalho e da fabricação. Segundo o pensamento arendtiano, a partir do momento em que esses temas se tornam públicos, se opera a “ascensão do social”, e se tem início a decadência da esfera pública (ASSIS, 2006, p. 3).

Por sua vez, a tese sustentada por movimentos feministas é a de que o social e o político não devem sofrer distinção. Tais debates proporcionam uma crítica considerável à dicotomia entre público e privado estabelecida pelo liberalismo – ao defenderem que tal separação deve ser fluida, admitindo-se, em razão da defesa dos direitos sociais, que temas antes entendidos como próprios da esfera privada sejam alvo de deliberação no espaço público (ASSIS, 2006, p. 15).

No entanto, não se pode ignorar que parte da filosofia de Arendt se preocupou em defender o potencial humano de dar início a algo novo, contido na



ideia denominada “natalidade”. Arendt divide três atividades que integram a *vita activa* (vida ativa): o labor, o trabalho (entendido como a fabricação) e a ação.

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida. O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo «artificial» de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade. A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. (ARENDR, 2007, p. 15)

Todos três, considerando suas condições, tem contido em si uma estreita relação com a natalidade e a mortalidade humana. O trabalho está relacionado à satisfação das necessidades biológicas do corpo, o que garante a sobrevivência da espécie perante a mortalidade. Já a fabricação, que tem como produto objetos duráveis, funciona como um contraponto à mortalidade – na medida em que o mundo artificial permanece, ainda que seu criador não, através dos tempos. E a ação, por sua vez, se relaciona à condição humana de natalidade.

278

As três atividades e suas respectivas condições têm íntima relação com as condições mais gerais da existência humana: o nascimento e a morte, a natalidade e a mortalidade. O labor assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. O trabalho e seu produto, o artefato humano, emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história. (ARENDR, 2007, p. 16).

A ideia de natalidade defendida por Arendt deriva da doutrina de Santo Agostinho, que disponha, em seu conteúdo, uma visão na qual o homem teria sido criado para que houvesse um novo começo, que não deve ser confundido com o começo do mundo. No entanto, ao falar sobre a natalidade, está se falando não somente do nascimento: momento em que um sujeito vem ao mundo e pode começar algo novo, mas também de novos começos inerentes à ação. Ou seja, cada indivíduo pode, por meio da ação, iniciar algo novo, distinguindo-se. Ressalta-se que a ação, nesse sentido, se desdobra por meio de vários nascimentos – e por meio dela o indivíduo se insere novamente no mundo humano (ARENDR, 2007, p. 190). Cada



ação humana age como uma atualização do momento do nascimento. Segundo Hannah Arendt:

Essa distinção singular vem à tona no discurso e na ação. Através deles, os homens podem distinguir-se. Ao invés de permanecerem apenas diferentes; a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens. Esta manifestação, em contraposição a mera existência corpórea, depende da iniciativa, mas trata-se de uma iniciativa da qual nenhum ser humano pode abster-se sem deixar de ser humano. Isto não ocorre com nenhuma outra atividade da *vita activa* (2007, p.189).

O que se quer afirmar, portanto, é que a ação é um modo pelo qual o ser humano se compreende como tal – pela qual pode dar início a algo novo. E esta é a capacidade que diferencia a humanidade de todos os outros seres. A ação é ação política por excelência. Essa possibilidade de começar se identifica com o conceito de liberdade – ou seja, a natalidade é uma condição para a existência da liberdade. Nas palavras da autora, “Com a criação do homem, veio ao mundo o próprio preceito de início; e isto, naturalmente, é apenas outra maneira de dizer que o preceito de liberdade foi criado ao mesmo tempo, e não antes, que o homem” (ARENDR, 2007, p. 190).

279

Pensando essa concepção de natalidade, agir e liberdade, é possível fazer uma associação de caráter feminista – no sentido de que tradições e hierarquias que promovem desigualdade de gênero podem ser combatidas a partir de um nascimento de novas concepções. Segundo Arendt, dentro de uma comunidade política, a natalidade se encontra na base do poder político – cabendo aos indivíduos associados a constituição de um novo começo (BRUNKHORST, 2001, p. 189). É inegável, portanto, que a ideia de ação enquanto natalidade – nascimento e renascimento – tem um fundo igualitário. O conceito de ação arendtiano, se tomado como referência, permite afirmar que nenhum ser humano pode ser excluído do espaço da política, tendo em vista que a ação é ação política. Dessa maneira, ainda que as mulheres estejam vinculadas corporalmente pelas condições da reprodução da espécie às atividades de labor, assim compreendidas nos termos da teoria de Hannah Arendt, também serão capazes de ação política e do agir político enquanto seres humanos – que possuem a condição de natalidade, do criar algo novo, que somente cessa pela mortalidade. O mesmo serve para outras minorias associadas à esfera privada (ASSIS, 2006, p. 14).

Em conclusão, denota-se que o trabalho de Arendt é de extrema importância, considerados os contextos sociais e a pluralidade de pensamento associado à sociedade na qual a autora estava inserida. A diversidade contida em seu pensamento contém elementos essenciais para se pensar nas questões de discriminação contra a



mulher e possibilidades de se criar uma sociedade igualitária. Tal igualdade seria atingida através da condição humana da natalidade no sentido arendtiano, em outras palavras, através de algo completamente novo perante demandas igualmente recentes, ao se romper com o que está estabelecido. A crítica ao conceito da esfera privada em Arendt, por sua vez, perderia sua força em um contexto de equidade de gênero – uma vez que, em uma utopia igualitária, não haveria necessidade de se levar à esfera pública as questões privadas em busca da garantia dos direitos sociais. No entanto, tal situação hipotética não corresponde à realidade presente, motivo pelo qual mantêm-se o parecer feito. Passa-se agora à análise da vida e pensamento de Simone de Beauvoir.

2.2 Simone de Beauvoir – exatamente feminista

Na História da Filosofia, pode-se considerar Simone de Beauvoir como uma das filósofas mais conhecidas e citadas – apesar de, em sua época, não ter tido muito reconhecimento no campo filosófico. Dentre os títulos pelos quais foi reconhecida ao longo da vida, escritora e companheira de Jean Paul Sartre, com quem mantinha um relacionamento aberto, pareceram se destacar: em contraste com a alcunha de filósofa, que, por muito tempo, não foi utilizada para se referir a ela (ROSA e MACHADO, 2016, pp. 232-234). Toma-se a liberdade de fazer um adendo necessário: não cabe neste artigo analisar as polêmicas pelas quais Simone de Beauvoir esteve envolvida durante a vida, em razão ou não de seu relacionamento com Jean-Paul Charles Aymard Sartre, nem censurar as outras filósofas aqui mencionadas por razões semelhantes. Assim como, por exemplo, não cabe censurar a filosofia de Jean-Jacques Rousseau pelos seus cinco filhos abandonados. Noutras palavras: não se pretende fazer nenhum julgamento moral infundado – muito menos pautado em morais estrangeiras às épocas dos fatos. Retomamos nossa discussão, que se limita a apresentar contextos e contribuições para o pensar filosófico.

Existe a argumentação de que esta admissão tardia da autora como filósofa é uma questão de sexismo, e são elencados dois motivos para tal. O primeiro, diz respeito a ela ser mulher – dessa forma, sua produção foi lida como ecos de Sartre, já que era natural pensar na mulher como discípula do companheiro. Já a segunda diz respeito ao fato de ela escrever sobre mulheres e sobre gênero – debates que não eram considerados questões filosóficas candentes (BERGOFFEN e BURKE, 2020). A própria teoria de Beauvoir ajudou a elucidar tais questões, que hoje se percebem como de extrema importância nos campos da ética, da moralidade, da política e da discussão sobre a liberdade, por exemplo.



Mas, antes de analisar alguns pontos relevantes das teses propostas por Beauvoir, faz-se necessário uma breve apresentação de sua biografia. Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de Beauvoir nasceu em 9 de janeiro de 1908, em Paris, na França, e viria a morrer aos setenta e oito anos de idade, em 12 de abril de 1986, na mesma cidade. Foi filha de Georges Bertrand de Beauvoir e Françoise Brasseur Beauvoir, membros da alta burguesia. Teve uma infância tranquila – em uma família católica de situação estável. Somente foi reconhecida como filósofa após sua morte. No entanto, na literatura possuía certo renome. Ganhou, pelo romance *Os Mandarins*, o prestigioso prêmio literário francês *Prix Goncourt*, em 1954. Além disso, a filósofa foi muito ativa na cena intelectual francesa, dentre os debates filosóficos da época, durante toda sua vida. Ela produziu ensaios filosóficos, romances, peças, memórias, diários de viagem e artigos de jornal – tanto como autora quanto como editora da *Les Temps Modernes*, revista política, literária e filosófica que era conhecida como “a revista de Sartre” e foi muito importante no cenário do pós-guerra francês (BERGOFFEN e BURKE, 2020).

A obra de Beauvoir inova ao propor uma reflexão geral em torno da natureza, limites e etapas para o conhecimento humano, ao que convém chamar de uma epistemologia caracterizada pelo viés feminista: que se propõe a analisar as questões de gênero da época. Pioneira no tocante às pautas feministas modernas, Beauvoir foi uma filósofa que ao reconhecer o mundo a sua volta conseguiu sorver os problemas sociais existentes, os desenvolver em forma de teorias e manifestar ideias a partir disso (ROSA e MACHADO, 2016, pp. 232-234). Simone, ao se ver inserida em um contexto de desigualdade de gênero, conseguiu refletir e produzir conteúdo filosófico inovador sobre as condições sociais impostas à mulher ocidental. É dessa forma que Simone de Beauvoir é uma filósofa de destaque para a História da Filosofia ocidental que, necessariamente, deve ser citada em um artigo tal qual este.

Ressalta-se que o pensamento de Beauvoir teve um caráter tão excepcional que inclusive aprecia em sua teoria o porquê de não ter obtido, à época em que viveu, reconhecimento filosófico: mas veio a ser reconhecida como filósofa posteriormente. Acontece que o status filosófico atual de Beauvoir se dá em um contexto em que houve uma mudança de compreensão do domínio da filosofia e a mudança da situação da mulher ocidental, europeia, branca e de classe social abastada. Isso serve de confirmação para a ideia de Beauvoir de liberdade situada – que, em resumo, se refere a nossa capacidade de construção de significado. Essa capacidade, na teoria da autora, é restringida, embora não necessariamente determinada, por nossa situação. É nesse contexto que a teoria de Simone de Beauvoir, apesar de fundamental para efetuar mudanças de pensamento em relação aos papéis de gênero, não atua sozinha. Seu efeito duradouro se dá em razão às maneiras como outras pessoas adotam seus



legados filosóficos e feministas – e isso está contido no conceito de apelo, qual seja, de que o sucesso de nossos projetos, apreciações e reflexões dependem da adoção e concordância de terceiros (BERGOFFEN e BURKE, 2020).

Apesar de tardiamente reconhecida no campo da filosofia, Simone de Beauvoir contribuiu de forma duradoura para os estudos da ética, da política, da fenomenologia e da teoria feminista. Foi lida, em sua época, como uma teórica feminista polêmica – e sua crítica do segundo sexo ao patriarcado reverbera até hoje nas discussões sobre equidade entre gêneros.

No livro *O Segundo Sexo* Simone defende a diferenciação entre gênero e sexo, sendo sexo ligado ao fator biológico e constituição do corpo humano, e gênero uma construção social. *O ser homem* e *o ser mulher* passam a ser vistos da perspectiva social, e não mais como algo estritamente ligado à genitália – cada cultura determina seus valores relacionados ao gênero.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o Universo. (BEAUVOIR, 2009, p. 267)

282

A autora também aborda, com sua escrita cativante e que se aproxima daquela contida em obras literárias, as novas condições da mulher do século XX – no contexto geográfico do ocidente, no qual foi permitida, em especial na Europa, a inserção das mulheres no mercado de trabalho – tendo em vista a necessidade de mão de obra, muito ligada às questões da Segunda Revolução Industrial e Segunda Guerra Mundial. Tal contexto fica mais claro no seguinte trecho do livro *O segundo sexo*:

O fato é que os homens começam a se conformar com a nova condição da mulher; esta, não se sentindo condenada a priori, acha-se mais à vontade: hoje a mulher que trabalha não negligencia por isso sua feminilidade e não perde sua atração sexual. Esse êxito — que já assinala um progresso para o equilíbrio — permanece, entretanto, incompleto; é ainda muito mais difícil para a mulher do que para o homem estabelecer as relações que deseja com o outro sexo. Sua vida erótica e sentimental encontra numerosos obstáculos. Neste ponto, a mulher vassala não se acha aliás em situação privilegiada: sexual e sentimentalmente, a maioria das esposas e das cortesãs é radicalmente frustrada. Se as dificuldades são mais evidentes na mulher independente é porque ela não escolheu a resignação e sim a luta. (BEAUVOIR, 2009, p. 666)



Beauvoir não apenas analisa as relações entre gênero como também as relações entre opressores e oprimidos. Do lado oprimido surgem, no discurso de Simone, as figuras da mulher, do negro, do operário, dentre outras minorias. De toda forma, ela já contempla uma questão muito importante: é necessária uma vontade que parte do oprimido ou uma alteração que cria necessidades novas para que haja uma mudança nestas relações.

Vão me dizer que todas estas considerações são bem utópicas, posto que seria necessário, “para refazer a mulher”, que a sociedade já a tivesse feito realmente igual ao homem; os conservadores nunca deixaram, em todas as circunstâncias análogas, de denunciar este círculo vicioso: entretanto a história não para. Sem dúvida, se colocamos uma casta em estado de inferioridade, ela permanece inferior: mas a liberdade pode quebrar o círculo. Deixem os negros votar, eles se tornarão dignos do voto; deem responsabilidades à mulher, ela saberá assumi-las; o fato é que não se poderia esperar dos opressores um movimento gratuito de generosidade; mas ora a revolta dos oprimidos, ora a própria evolução da casta privilegiada cria situações novas; por isso os homens foram levados, em seu próprio interesse, a emancipar parcialmente as mulheres [...] (BEAUVOIR, 2009, pp.699-700)

283 Contempla, ainda, que aquele inserido no contexto de hierarquia social se torna cúmplice da sua própria opressão. Isto porque, na visão da autora, no momento em que encontram seu papel no contexto social, passam a vê-lo de um ponto de vista que é o do opressor.

No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens. Eles bem o sabem, elas mal duvidam. Recusar ser o Outro, recusar a cumplicidade com o homem seria para elas renunciar a todas as vantagens que a aliança com a casta superior pode lhes conferir. O homem suserano protegerá materialmente a mulher vassala e se encarregará de lhe justificar a existência: com o risco econômico, ela esquiva o risco metafísico de uma liberdade que deve inventar seus fins sem auxílios. (BEAUVOIR, 2009, p. 22)

Outra obra que merece destaque é *Memórias de uma moça bem-comportada* de 1958 – uma autobiografia que permite ao leitor adentrar mais nas motivações de Beauvoir e entender o contexto social em que estava inserida. No livro a autora critica a opressão moral (associada, também, à religião), a qual estava submetida sua geração. Esse contexto fica evidente em vários trechos da obra. Nas palavras de Simone de Beauvoir: “Tinham-me habituado a confundir o que deve ser com o que é; eu não examinava o que se escondia sob a convenção das palavras” (2009, p. 76). Elucida-se que a autora falou sobre a igualdade entre gêneros em uma época não propícia para tal: dentro do contexto da França pós-guerra.



De toda forma, mesmo perante as adversidades de seu tempo, Simone de Beauvoir conseguiu sistematizar uma epistemologia feminista que até hoje possui importância dentro do movimento. Em *O segundo Sexo* Beauvoir buscou, com excelência, desconstruir a visão patriarcal imposta sobre as mulheres. A liberdade da mulher é colocada como algo circunstancial: ou seja, deve-se considerar que são feitas dentro de um contexto no qual o indivíduo mulher está inserido (ROSA e MACHADO, 2016, p. 251). Sem dúvidas toda a filosofia feita por Beauvoir é de extrema importância para se entender a problemática da desigualdade de gênero na atualidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em comparação com a quantidade de filósofos do sexo masculino, a quantidade de filósofas é muito menor – e, por vezes, suas obras não chegam até o público com a mesma popularidade do que as escritas por homens. Em âmbito de considerações finais é necessário retomar ao questionamento sobre quais fatores, ao longo da historiografia, ou seja, da forma com que a história foi representada, configuraram a iniquidade de gênero no âmbito filosófico.

284

Para tanto, foram elencadas duas filósofas da Grécia antiga e duas da Contemporaneidade devido a sua aproximação acadêmica derivada da maior popularidade historiográfica obtida por estas – que reflete dentro da academia uma visão ocidentalizada da mulher filósofa. Buscou-se, dentro desse contexto, pautar uma análise no tempo sem negligenciar o viés de tentar observar as pautas feministas para além do eurocentrismo, mas sem deixar de usufruir de percepções extraídas da análise da filosofia produzida por mulheres e filtradas deste contexto.

Percebeu-se, dentro do conceito da filosofia ocidental, a apresentação de uma espécie de armadilha identitária que, ao tentar alcançar a equidade tomando como foco a reafirmação de um sistema de dominação, separa os seres humanos por questões biológicas (MBEMBE, Achille, 2014, p. 60)

A análise em antes e depois da qual se propôs este artigo descobriu, em realidade, que categorias de gênero não são universais e atemporais – e, pelo contrário, quando presentes em determinada sociedade, se modificam com o tempo. Portanto: a categoria “mulher” e a categoria “homem” são culturais (OYÈRÓNKÉ, Oyèwumí, 2021, p.21). Tendo isso em mente, conclui-se que, em primeira análise, na antiguidade ocidental, a gravidez e o papel de submissão ao âmbito doméstico da mulher eram barreiras fortíssimas para



o fazer filosófico. O desconhecimento das capacidades cognitivas da mulher – e o forte desestímulo ao desenvolvimento dessas atividades, em detrimento do papel doméstico que precisava ser exercido, parecem ser fatores fortes para tanto. Não obstante Aspásia de Mileto se destacou por ser estrangeira – e estar, de certa forma, desimpedida dos deveres de uma mulher cidadã ateniense. Por outro lado, Hipátia de Alexandria nunca se casou ou constituiu família, achando nesta solução a liberdade dos afazeres do lar – fator determinante para que tenha se tornado uma estudiosa e filósofa.

Em segunda análise, na filosofia contemporânea ocidental, ainda é possível perceber a associação da mulher ao âmbito doméstico – embora, conforme aponta Simone de Beauvoir, algumas modificações do status da mulher tenham ocorrido, seja em vista de atos que partiram delas como oprimidas seja pelo contexto social alterado a partir das guerras e revoluções industriais dos séculos XIX e XX. Arendt, de igual forma, pensa as estruturas da sociedade em que viveu e reflete sobre a liberdade na sociedade humana através da figura da natalidade.

Por fim, destaca-se que este trabalho não tem como objetivo exaurir o tema abordado – mas sim, pretende ser uma contribuição para instigar o pensamento voltado para a filosofia feita por mulheres. Infere-se, em última análise, que a tarefa de luta pela equidade deve ser vista como uma questão humana independente de gênero. Isto porque a desigualdade se apresenta enraizada fortemente nas instituições. O oprimido se constrói no ambiente de opressão, e, de maneira frequente, o absorve como sendo o único aceitável. Portanto, averigua-se ser necessária a força motriz de todo o mecanismo social para combater a iniquidade.

É possível identificar que, na atualidade, em um contexto global, ainda existem desafios a serem superados no tocante à luta por equidade de direitos entre gêneros e representatividade dentro da filosofia – e tais desafios devem ser encarados como uma responsabilidade da humanidade como um todo. Conclui-se que busca pela equidade de qualquer natureza não se pode fazer por via única: é necessário um movimento social amplo para que se atinja a equanimidade, visto que o iníquo está contido intrinsecamente também nas ações de indivíduos que são afetados por ele.



REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. (2019). Quatorze anos de desigualdade: mulheres na carreira acadêmica de Filosofia no Brasil entre 2004 e 2017. *Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica E Modernidade*, 24(1), 13-33. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v24i1p13-33>. Acesso em: 19 jun 2021
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd. Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross In: Os Pensadores. São Paulo: Nova. Cultural, 1973, v.4.
- ASSIS, Mariana P. F. Uma apreciação feminista da teoria arendtiana. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13497>. Acesso em: 22 jun 2021
- BEAUVOIR, Simone de. *Memórias de uma moça bem-comportada*. Tradução Sérgio Milliet. 2.ed. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2009.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução Sérgio Milliet. 2.ed. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2009.
- BERGOFFEN, Debra e BURKE, Megan. Simone de Beauvoir. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Edição de Verão de 2020. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2020/entries/beauvoir/>. Acesso em: 22 jun. 2021
- BERQUÓ, Thirzá A. Aspásia de Mileto: Mulher e Filosofia na Atenas Clássica I. In: PACHECO, Juliana. *Filósofas: a presença das mulheres na filosofia*. Editora Fi, 2016.
- BRUNKHORST, Hauke. "Equality and elitism in Arendt". In: VILLA, Dana (Ed.). *The Cambridge Companion to Hannah Arendt*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- CUCHET, Violaine Sebillotte. *Quais direitos políticos para as cidadãs da atenas clássica?* Disponível: <https://periodicos.uff.br/helade/article/view/13280/8514>. Acesso em: 22 set. 2021
- CUCHET, Violaine Sebillotte. *Cidadãos e cidadãs na cidade grega clássica. Onde atua o gênero?* Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/wKZ3nkdNP833CgcBJ8c5kXs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2021
- CORTÉS, Olga Nancy P. Hannah Arendt: Tessituras de um percurso. In: PACHECO, Juliana. *Filósofas: a presença das mulheres na filosofia*. Editora Fi, 2016.
- D'ENTREVES, Maurizio Passerin. Hannah Arendt. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2019 Edition), Edward N. Zalta. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2019/entries/arendt/>. Acesso em: 20 jun 2021
- FERNANFEZ, M. G. Breve história sobre la biblioteca de alejandría. *Revista Alexandria* (Peru), v. 1, n. 2, p. 3, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/62648>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- MARTINELLI, Águeda V. Hypatia de Alexandria: Por uma História Não Idealizada. In: PACHECO, Juliana. *Filósofas: a presença das mulheres na filosofia*. Editora Fi, 2016.
- MBEMBE, Achille. *Sair da Grande Noite. Ensaio sobre a África descolonizada*. Tradução: Narrativa Traçada. Edições Mulemba. 2014.
- MORILLAS, Jordi. *Em busca de Hypatía: análisis e interpretación de las fuentes tardoantiguas conservadas en torno a la maestra alejandrina*. Disponível em: <https://digitum.um.es/digitum/handle/10201/50480>. Acesso em: 16 jun 2021.
- OYÈRÓNKÉ, Oyèwumí. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- OYÈRÓNKÉ, Oyèwumí. *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*. Disponível em: <https://www.ufjf.br/afrikas/sobre-o-afrikas/grupo-de-estudos-2/textos-discutidos/>. Acesso em: 22 set. 2021
- PLATÃO. *A República*. Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira, 9.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001
- PLATÃO. Menêxeno. In: CAMARA, Bruna. *Menêxeno de Platão: Tradução, Notas e Estudo Introdutório*. Dissertação de Mestrado em Letras Clássicas, USP, 2014. Disponível



em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8143/tde-17102014-182852/pt-br.php>. Acesso em: 05 jun. 2021.

ROSA, Graziela R. da e MACHADO, Rita de Cássia F. Simone de Beauvoir: uma filósofa feminista. In: PACHECO, Juliana. *Filósofas: a presença das mulheres na filosofia*. Editora Fi, 2016.

WHITFIELD, B. *The Beauty of Reasoning: A Reexamination of Hypatia of Alexandria*. *The Mathematics Educator* 6 (1995). Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/The-Beauty-of-Reasoning%3A-A-Reexamination-of-Hypatia-Whitfield/ab0bf340b2e953a1a4448a59e6c79bf14e319136>. Acesso em: 16 jun 2021.

